



CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

ESPECIALIZAÇÃO EM AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO

PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

ESPECIALIZAÇÃO EM AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO

PROJETO PEDAGÓGICO

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO	4
2. JUSTIFICATIVA	5
3. ENTIDADE CERTIFICADORA	5
4. OBJETIVOS	7
5. PÚBLICO-ALVO	7
6. PERFIL DO EGRESSO	7
7. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA	8
8. COORDENAÇÃO	9
9. CARGA HORÁRIA	9
10. PERÍODO E PERIODICIDADE	9
11. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	10

12. CORPO DOCENTE	20
13. METODOLOGIA	20
14. INTERDISCIPLINARIDADE	20
15. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC)	21
16. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	21
17. TECNOLOGIA	21
18. LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO	22
19. SELEÇÃO E MATRÍCULA	22
20. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO e FREQUÊNCIA MÍNIMA	22
21. CERTIFICAÇÃO	23
22. ACERVO	23

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do curso	Especialização em Auditoria do Setor Público
Área do conhecimento	6.02.00.00-6 – Administração
Modalidade	Presencial
Instituição promotora	Instituto Serzedello Corrêa (ISC) do Tribunal de Contas da União (TCU)
Número de vagas	25 vagas

2. JUSTIFICATIVA

Voltada para a melhoria da prestação de serviços, a formação de servidores públicos vinha sendo realizada, quase que exclusivamente, com o propósito de desenvolver ou ampliar conhecimentos e habilidades inerentes ao funcionamento da burocracia estatal. Todavia, as mudanças ocorridas no campo da educação e da administração pública nos últimos anos transformaram essa perspectiva meramente funcionalista em uma visão mais globalizante e integrada do serviço público.

Atualmente, a reflexão sobre a atuação dos servidores públicos já compreende que a eficiência das instituições não pode ser medida apenas por um elevado percentual de atendimentos ou pela execução meramente burocrática das atividades, mas também por ações mais amplas, que incluem análises e diagnósticos de alta complexidade, formação de recursos humanos e confecção e implantação de novos, específicos e mais eficazes modelos de gestão no Setor Público. Essas são, entretanto, áreas carentes na Administração Pública, nas quais é preciso desenvolver competências.

3. ENTIDADE CERTIFICADORA

3.1. INSTITUCIONAL

Criado por lei federal (art. 88 da Lei nº 8.443, de 16/7/1992), o Instituto Serzedello Corrêa (ISC) foi concebido pelo ideal de propiciar condições para o desenvolvimento humano e organizacional do Tribunal, provendo a Secretaria do TCU de pessoas qualificadas para o exercício das atividades de controle externo da Administração Pública.

As competências do Instituto estão definidas na Resolução-TCU nº 284, de 30 de dezembro de 2016, que define a estrutura, as competências e a distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do Tribunal de Contas da União; na Resolução-TCU nº 212, de 25 de junho de 2008, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de educação no âmbito do TCU; em seu Regimento Interno; e nos regulamentos específicos de cada segmento educacional, inclusive, no da pós-graduação.

A Resolução-TCU nº 212/08 estabelece para o Programa de Pós-Graduação os seguintes objetivos:

I – promover a pesquisa científica e a geração de conhecimento em nível avançado em áreas de interesse do TCU, com vistas a melhorar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações realizadas pelo Tribunal no cumprimento de sua missão institucional;

II – aprimorar a qualificação e a especialização dos servidores do TCU e ampliar o corpo docente do Instituto Serzedello Corrêa, com vistas à promoção de futuros projetos de pós-graduação de interesse institucional; e

III – criar as condições necessárias à preservação de uma cultura organizacional comprometida com a inovação e com a permanente adequação das competências dos servidores aos objetivos do Tribunal.

Em 14 de fevereiro de 2017, o Ministério da Educação publicou o despacho do Ministro em que homologa o Parecer nº 657/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Escola de Governo Instituto Serzedello Corrêa e unidades vinculadas, para oferta de pós-graduação lato sensu, em regime presencial e a distância, observando-se o prazo de 8 (oito) anos.

4. OBJETIVOS

4.1. OBJETIVO GERAL

Especializar servidores e fomentar a geração, aplicação e disseminação de conhecimentos e competências em Auditoria do Setor Público.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

São objetivos específicos do curso:

- a)** oferecer aos servidores um espaço para reflexão crítica e aquisição de novos conhecimentos sobre Auditoria do Setor Público;
- b)** possibilitar o desenvolvimento de estudos específicos na área de Auditoria do Setor Público.

5. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo prioritário do curso serão os auditores do Tribunal de Contas da União que atuam na auditoria e Controle Externo. Também serão destinadas vagas a órgãos parceiros que atuam nas áreas de Auditoria e Controle Governamental.

6. PERFIL DO EGRESSO

O egresso do curso de pós-graduação necessariamente deve retornar às suas atividades laborais com uma maior capacidade de contribuir para a melhoria do controle da gestão pública. Essa contribuição será exercida profissionalmente na área de atuação de cada aluno, mesmo que não atue diretamente no Controle Externo. Seja fiscalizando obras públicas e programas de governo, analisando tomadas e/ou prestações de contas, participando de auditorias em órgãos públicos ou empresas estatais, controlando a regulação e/ou os processos de desestatização,

promovendo o controle social e a gestão pública responsável, o aluno egresso do Instituto deverá ser capaz de, no exercício de suas atividades laborais, promover e proteger o interesse público.

A partir desse processo de desenvolvimento técnico e profissional, buscar-se-á incentivar o servidor egresso a continuar sua busca por autodesenvolvimento, por meio de uma educação por toda a vida, em benefício da Administração Pública e da sociedade brasileira.

7. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

O curso de Especialização em Auditoria do Setor Público é uma ação de formação continuada que pretende aprimorar o conhecimento instrumental e teórico dos servidores envolvidos nessa área de atuação. Trata-se de um processo formativo em serviço, com base na educação formal em pós-graduação lato sensu, com o objetivo maior de gerar conhecimentos que possibilitem a realização de auditorias com alto nível de especialização.

A estrutura do curso é composta de 11 (onze) disciplinas, distribuídas em 3 (três) módulos, perfazendo um total de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula. O módulo de Auditoria, constam as disciplinas centrais do programa, com uma proposta integrada de adoção de auditorias baseadas em risco e aplicação de técnicas de auditoria assistidas por computador (TAAC), voltadas à geração de valor ao cidadão/contribuinte. O módulo Gestão oferece os principais conhecimentos relativos à gestão orçamentária e financeira, incluindo aspectos relevantes da gestão de políticas públicas e sistemas de informação relevantes do governo federal. Por último, o módulo Metodológico compreende os requisitos necessários para desenvolver as competências científicas e profissionais necessárias ao grau acadêmico de uma pós-graduação lato sensu. Um módulo optativo, com disciplinas voltadas para a produção de conhecimentos e análise de informações, também poderá ser ofertado aos alunos, em caráter não mandatório.

8. COORDENAÇÃO

O curso será coordenado pelo Serviço Pós-Graduação (Sepos), com o apoio do Serviço de Ações Educacionais Presenciais (Sedup).

9. CARGA HORÁRIA

A carga horária do curso será de 360 horas de aulas presenciais, acrescidas de um período de 6 (seis) meses para a elaboração do TCC, podendo chegar a 424 horas, se executado o módulo optativo.

10. PERÍODO E PERIODICIDADE

Conforme o seguinte cronograma geral (datas prováveis):

	Início	Término
1º Período	17/8/2017*	15/12/2017
2º Período	26/1/2018	29/6/2018
3º Período	1º/8/2018	30/9/2018
TCC	1º/9/2018	17/1/2019

- * Aula inaugural: quinta-feira (17/8/17).
Início das aulas: sexta-feira (18/8/17).

As aulas serão ministradas às sextas-feiras, das 8h30 às 12h30 e das 14h às 18h, totalizando 8 (oito) horas semanais. Se necessário, poderá haver a realização de atividades fora desses horários ou a antecipação de aulas para outros dias da semana, quando quintas ou sextas-feiras não forem dias úteis. O cronograma detalhado das aulas será definido e comunicado aos alunos oportunamente.

11. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

11.1. DISCIPLINAS E CARGA HORÁRIA

MÓDULO AUDITORIA

Fundamentos de Auditoria do Setor Público	32h
Auditorias Baseadas em Risco	36h
Amostragem Aplicada à Auditoria	36h
Auditoria de Dados (TAAC)	40h
Auditoria Operacional	32h
Auditoria de Conformidade	32h
Análise de prestação de contas anuais do setor público	32h

MÓDULO GESTÃO

Gestão Orçamentária e Financeira do Setor Público	36h
Aspectos Relevantes da Gestão de Políticas Públicas	32h
Sistemas de Informação Relevantes do Governo Federal	32h

MÓDULO METODOLÓGICO

Inovação e Metodologia de Pesquisa Científica	20h
---	-----

Subtotal	360h
-----------------	-------------

MÓDULO OPTATIVO

Métodos de Levantamento e Prod. de Conhecimento	24h
Análise de Informações I	40h
Análise de Informações II	40h

Total	464h
--------------	-------------

11.2. EMENTAS DAS DISCIPLINAS

Fundamentos de Auditoria do Setor Público (32h)

Conceito de *accountability*. Relações de *accountability* no Setor Público e partes envolvidas. *Accountability* e a necessidade de confiança e asseguração. *Accountability* na Constituição Federal. Papel da auditoria nas relações de *accountability*. Estrutura da auditoria no Setor Público segundo a Constituição e legislação infraconstitucional. Controle externo, controle interno, auditoria interna, controladoria. Conceito de auditoria. Processo de auditoria e seus elementos conceituais. Elementos de auditoria do Setor Público. Tipos, objetivos e objetos de auditoria do Setor Público. Tipos de trabalho. Confiança e asseguração na auditoria do Setor Público. Normas de auditoria: finalidades, conteúdo material e principais organismos emissores. Normas internacionais de auditoria aplicáveis ao setor público: *Intosai's Framework of Professional Standards* (IFPS), *ISA/IAASB/CFC*, *IIA International Professional Practices Framework* (IPPF). Normas de auditoria do Setor Público brasileiro: situação atual e convergência aos padrões internacionais da Intosai e do IAASB. Compatibilidade entre as normas da Intosai e do IIA. Poder normativo do TCU no contexto das normas de auditoria do Setor Público federal. Princípios gerais de auditoria do Setor Público (ética e independência; julgamento, zelo e ceticismo profissionais; controle de qualidade; gerenciamento de equipes e habilidades; risco de auditoria; materialidade; documentação; e comunicação). Princípios relacionados ao processo de auditoria do Setor Público (Planejamento: termos da auditoria; obtenção de entendimento; avaliação de risco ou análise de problema; riscos de fraude; plano de auditoria. Execução: procedimentos de auditoria; avaliação de evidências; conclusões. Relatório e monitoramento: formas de relatório; relatório em trabalhos de certificação; relatório em trabalhos de relatório direto; opinião; monitoramento). Pensamento baseado em risco na aplicação das normas profissionais relacionadas à ética, à qualidade, à supervisão e à coordenação de auditorias.

Princípios éticos aplicáveis às auditorias do setor público, segundo os frameworks internacionais de padrões éticos em auditoria (IFAC/IESBA, ISSAI 30) e seus equivalentes nacionais (CFC NBC PG 100, 200 e 300, NBA SP 30, CESTCU). Regras de interpretação e aplicação dos princípios éticos específicos da atividade de auditoria. Ameaças e salvaguardas. Conflitos de interesse. Solução de conflitos éticos. O que é qualidade em auditoria? Elementos do sistema de controle de qualidade aplicáveis às auditorias do setor público, segundo os frameworks internacionais de padrões qualidade em auditoria (IFAC/ISQC1, ISSAI 40 e 5600, IIA/QAIP) seus equivalentes nacionais (CFC NBC PA 01, NBA SP 40). Programas de melhoria e certificação de qualidade. Avaliações de qualidade suas finalidades, natureza, época e extensão. Avaliações internas: monitoramento contínuo e autoavaliações periódicas. Avaliações externas: abordagens possíveis, revisão por pares, e regras envolvidas. Supervisão e coordenação de auditorias: propósito, papéis, responsabilidades. Processos de supervisão/coordenação e detalhamento das atividades desenvolvidas em cada fase da auditoria. Documentação dos processos relacionados à ética, qualidade, supervisão e coordenação de auditorias.

Auditorias Baseadas em Risco (36h)

Propósito da auditoria baseada em risco. Confiança, relevância, asseguarção e abordagem de auditoria baseada em risco. Evolução normativa da abordagem de auditoria baseada em risco. Risco e avaliação de risco em auditorias. Objetos, objetivos e riscos dos tipos de auditoria do Setor Público. Conceito de risco de auditoria. Modelo de risco de auditoria e conceituação de seus componentes (risco inerente, risco de controle, risco de distorção e risco de detecção). Controle interno e risco de auditoria. Entendimento do controle interno com base nas estruturas do COSO e Diretrizes da Intosai. Métodos para avaliação dos riscos envolvidos no modelo de risco de auditoria (abordagem; escalas de impacto e probabilidade; avaliação de controles internos associados a riscos de objetivos específicos de auditoria; níveis de confiança e de risco de controle). Fatores de risco de fraude. Respostas do auditor ao risco de fraude. Responsabilidades do auditor em relação à fraude.

Procedimentos de auditoria (procedimentos de avaliação de riscos e procedimentos adicionais de auditoria na forma de testes de controle e substantivos). Processo de avaliação de riscos (entendimento do objeto e do seu ambiente, inclusive do controle interno; identificação e análise de riscos inerentes; identificação e avaliação de controles internos associados; determinação do risco de distorção). Documentação da avaliação de risco (mapas de processos, memorandos descritivos, matriz de avaliação de riscos). Tipos de respostas do auditor aos riscos avaliados (respostas de caráter geral e específico, avaliação da suficiência e adequação das evidências, documentação). Uso do modelo de risco de auditoria para determinação da natureza, época e extensão de procedimentos adicionais de auditoria, de questões de auditoria e de possíveis achados.

Informática e auditoria. Sistemas de informação. Princípios e atributos de controle interno aplicáveis às atividades de controle sobre a tecnologia da informação (COSO, 2013 e GAO, 2014). Processo de avaliação de risco e controle quando controles são manuais, utilizam TI ou ambos. Conceito de atividades gerais de controle de TI e controles de aplicativos. Obtenção de evidência sobre eficácia do desenho e operação do controle. Procedimentos e testes de controles (indagações/entrevistas/QACI, TAAC, observações, inspeções). Estratégias utilizadas para testar controles em ambientes que utilizam TI. Controles gerais: programa de gestão da segurança da entidade como um todo. Controles de acesso. Controles de mudança de aplicativos. Controle dos aplicativos dos sistemas. Segregação de responsabilidades. Continuidade de serviços. Controle de aplicativos: abrangência. Fatores ou categorias de atividades de controle e controles de aplicativos. Controles de autorizações. Controles de integridade. Controles de precisão. Integridade do processamento e dos arquivos de dados.

Amostragem Aplicada à Auditoria (36h)

Utilidade da amostragem em auditoria. Relação do modelo de risco de auditoria com a técnica de amostragem. Conceitos básicos (população, amostra, elemento amostral, unidade amostral, estimação, parâmetro, estimador, estimativa, variáveis e categorias, erro estatístico e margem

de erro, estágios de amostragem, estratificação, conglomerados). Tipos de amostragem. Métodos de amostragem não estatística, suas características e situações aplicáveis. Técnicas de coleta de dados. Delineamento amostral. Cálculo da dimensão da amostra (extensão de testes de auditoria para manter o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo, conforme determinado no modelo de risco de auditoria). Seleção de elementos amostrais. Amostragem por Unidade Monetária e suas aplicações nos tipos de auditoria do setor público, envolvendo os conceitos de materialidade e distorção tolerável. Utilização de softwares para cálculos amostrais (Excel, ACL, SPSS). Apresentação dos resultados e dos métodos utilizados no relatório de auditoria

Auditoria de Dados (*Técnicas de Auditoria Assistidas por Computador – TAAC*) (40h)

Abordagens computacionais na auditoria. Conceitos e finalidades das TAAC e dos SGA. Vantagens das TAAC em relação aos procedimentos tradicionais de auditoria (com exemplo prático). Vantagens e desvantagens da utilização de TAAC. Conceituação de TAAC usuais: simulação paralela; dados de teste; abordagem de teste integrado (ITF – *Integrated Test Facility*); monitoração contínua e auditoria contínua. Principais funcionalidades, operações possíveis, vantagens e desvantagens dos SGA. Normas internacionais aplicáveis às TAAC (ISACA, 2008 – *IS Auditing Guideline G3: Use of Computer-Assisted Audit Techniques* (CAATs) e IFAC, 2003 – *International Auditing Practice Statement 1009 – Computer-Assisted Audit Techniques*). Introdução à auditoria de dados: conceitos básicos. Representação de dados em bancos de dados. Modelo relacional de banco de dados. Passos de uma auditoria de dados. Procedimentos preparatórios para uma auditoria de dados. Precauções necessárias em uma auditoria com abordagem em dados. Processo da auditoria de dados: objetivos da auditoria de dados. Modelos de dados dos sistemas auditados. Planejamento da auditoria. Requisição de bases de dados e sua importação no ACL. Execução da auditoria. Procedimentos de identificação de irregularidades. Relatório da auditoria.

Casos de estudo: obter entendimento dos sistemas do caso de estudo. Discutir questões de auditoria. Discutir os modelos de dados dos sistemas do caso de estudo. Identificar tabelas, elaborar e detalhar os procedimentos de auditoria. Criar projeto no ACL. Importar dados do caso de estudo. Executar os procedimentos de auditoria. Apresentar resultados dos cruzamentos.

Auditoria Operacional (32h)

A auditoria de políticas no contexto da moderna Administração Pública. A estrutura do gasto social brasileiro. A contribuição das políticas públicas para a geração de oportunidades. *Accountability* e melhoria da gestão pública – o papel do controle externo. O papel dos auditores internos e externos na realização de auditorias operacionais. Instrumentos de fiscalização utilizados pelo TCU. Princípios e padrões internacionais aplicáveis à auditoria operacional (ISSAI 300 e a série ISSAI 3000). Conceitos, tipologias, abordagens e métodos utilizados na auditoria operacional. Aspectos específicos relacionados ao planejamento, à execução, à elaboração de relatório e ao monitoramento de auditorias operacionais. Apresentação caso de estudo de análise de política pública.

Auditoria de Conformidade (32h)

A auditoria de conformidade no contexto da auditoria do Setor Público. Princípios e padrões internacionais aplicáveis à auditoria operacional (ISSAI 400 e a série ISSAI 4000). Objetivo da auditoria de conformidade. Características da auditoria de conformidade (objetos, critérios, tipos de assegurar, de trabalhos, formatos de relatórios e de expressão das conclusões). As diferentes perspectivas da auditoria de conformidade (regularidade e *propriety*, focos de incidência e consequências). Aspectos específicos relacionados ao processo de auditoria de conformidade (Fase de Planejamento: risco, risco de fraude, materialidade, objetivos específicos, possíveis achados e elaboração da matriz de planejamento, detalhando os procedimentos de auditoria; Fase de Execução: processo

de desenvolvimento dos achados e seus elementos, comunicação, esclarecimentos de responsáveis, documentação e elaboração da matriz de achados; Fase de Relatório: atributos e requisitos de qualidade a serem observados na elaboração dos relatórios, processo de elaboração do relatório, avaliação das evidências e formação de conclusões, elaboração de propostas de encaminhamento, natureza e tipos de proposta de encaminhamento, valor dos recursos fiscalizados e benefícios). Responsabilização: separação do trabalho de auditoria do processo de responsabilização. Pressupostos para a responsabilização. Tipos de responsabilização. Identificação da conduta do responsável. Evidenciação do nexo de causalidade entre a conduta e o resultado ilícito. Análise da culpabilidade. Elaboração da matriz de responsabilização. Monitoramento: o que deve ser monitorado. Formas de monitorar e relatar monitoramento. Monitoramento e efetividade das auditorias.

Análise de Prestação de Contas do Setor Público (32h)

Conceito de governança no setor público. Perspectivas da governança no setor público, com enfoque para a governança de órgãos e entidades da Administração Pública. Instâncias de governança e de apoio à governança e seu papel nas contas anuais. Definição dos papéis e responsabilidades dos responsáveis pela governança e pela gestão de órgãos e entidades da Administração Pública e pela definição e implementação de políticas públicas. Definição de quem deve compor o rol de responsáveis das contas anuais, segundo a definição anterior. Poder normativo dos órgãos de controle, interno e externo, no tocante às contas anuais e natureza do conteúdo material dos atos normativos (IN, DN, Portarias). Diferenciação entre contas de governo, contas anuais, contas extraordinárias e tomadas de contas especiais. Papel dos atores envolvidos na prestação de contas anuais (responsáveis pela governança e gestão, auditores internos/ controle interno, auditores externos independentes, auditores externos/ controle externo, ministro supervisor). Natureza das análises, tipos de conclusões esperadas e formas de expressá-las. Conceito de auditoria de gestão e métodos de planejá-la, executá-la, relatá-la e monitorá-la.

Tipos de auditoria envolvidos na auditoria de gestão (financeira, operacional e de conformidade) e tratamento de seus resultados nos relatórios. Uso de padrões internacionais de auditoria do setor público e abordagem baseada em risco no planejamento e na condução das auditorias.

Gestão Orçamentária e Financeira (36h)

Conceitos e princípios orçamentários. Governança orçamentária e financeira. Ordenador de despesa. Descentralização orçamentária e financeira. Contingenciamento. Classificações orçamentárias. Programação físico-financeira. Manual Técnico de Orçamento. Avaliação da execução orçamentária. Indicadores da execução orçamentária.

Aspectos Relevantes da Gestão de Políticas Públicas (32h)

Ciclo da política pública. Conceito de política e programa. Universalismo e focalização. Gestão e organização: descentralização (vertical e horizontal), centralização, federalismo; relação pública e privada (privatização); objetividade versus particularismo como critérios para distribuição de recursos; coerência dos programas/ações em políticas públicas. Participação social. Políticas públicas a partir da economia do bem-estar: regulação; provisão de bens e serviços; produção e transferências diretas de recursos. Financiamento da política pública: formas de financiamento e federalismo fiscal; gastos diretos; transferências constitucionais e negociadas; renúncias e subsídios fiscais; gastos públicos efetuados por instituições públicas e privadas; empréstimos. Articulações intermunicipais, políticas públicas e gestão regional. Redes de políticas públicas. Coordenação executiva – problemas da articulação versus a fragmentação de ações governamentais. Dimensões da coordenação: intragovernamental, intergovernamental e governo-sociedade. Reformas administrativas recentes e o papel dos avaliadores de programas governamentais. Governança de políticas públicas. Histórico da avaliação de programas no Brasil.

Sistemas de Informação Relevantes do Governo Federal (32h)

Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), SIC (Sistema de Informações de Custos do Governo Federal), Siape (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos), Sigplan (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento), Siasg (Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais), Siconv (Portal de Convênios do Governo Federal), Siorg (Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal), DW-Tesouro Gerencial e o Novo Siafi (CPR), entre outros portais, serviços e sistemas de governo eletrônico identificáveis como fontes de informação relevantes para as auditorias do Setor Público. Para cada sistema: finalidade e objetivos do sistema, características, módulos, processos e transações suportados. Diagrama do sistema. Interface ou integração com outros sistemas. Conceitos estruturantes da informação. Formas de acesso, operacionalização e consulta a tabelas, transações e documentos. Formas de extração, tratamento e utilização de dados.

Inovação e Metodologia de Pesquisa Científica (20h)

Ciência, inovação e pesquisa. Métodos de pesquisa. Métodos qualitativos. Métodos quantitativos. Estrutura e conteúdo do projeto de pesquisa. Citação e referência. Normas da ABNT. Apoio à elaboração da monografia. Modelo de proposta de inovação. Estrutura e conteúdo da proposta de inovação. Formas de inovação institucional: normas, métodos e gestão

Métodos de Levantamento e Produção de Conhecimento (32h)

Normas internacionais aplicáveis ao planejamento e à seleção de temas de auditoria (ISSAI 100). Contextualização do levantamento no ciclo de auditoria. Conceitos e tipos de levantamento. Aplicações do levantamento: produção de conhecimento, elaboração de diagnósticos, planejamento de auditoria. Escopos de levantamento (amplo e restrito). Profundidade das análises. Avaliação de riscos ou análise de problemas, aspectos conceituais e aplicação.

Técnicas comumente utilizadas em levantamentos (técnicas de coleta de dados e técnicas de diagnóstico). Etapas da realização de levantamentos: pesquisa e leituras preliminares; seleção de técnicas de diagnóstico; delimitação do escopo; elaboração da matriz de planejamento; detalhamento das áreas prioritárias; validação das informações obtidas; avaliação de risco e análise de problema. Requisitos específicos aplicáveis às fases de planejamento, execução e relatório. Classificação das informações contidas em levantamentos. Casos de estudo de levantamentos realizados em objetos de controle distintos (função de governo, política pública, programa, organização, tema), com destaque para os arranjos de técnicas utilizadas.

Análise de Informações I (*Foco: Bancos de Dados*) (40h)

Dado, informação, conhecimento e inteligência. Dados estruturados e não estruturados. Dados abertos. Coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dados. Banco de dados relacionais: conceitos básicos e características. Metadados. Tabelas, visões (views) e índices. Chaves e relacionamentos. Noções de modelagem dimensional: conceito e aplicações. Noções de sistemas de informação da Administração Pública Federal: SIAFI, SIASG e SICONV. Finalidade. Principais informações. Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527/2011): conceitos e aplicação.

Análise de Informações I (*Foco: descoberta de conhecimento em grandes bases de dados*) (40h)

Noções de mineração de dados: conceituação e características. Modelo de referência CRISP-DM. Técnicas para pré-processamento de dados. Técnicas e tarefas de mineração de dados. Classificação. Regras de associação. Análise de agrupamentos (clusterização). Detecção de anomalias. Modelagem preditiva. Aprendizado de máquina. Mineração de texto. Noções de *Big Data*: conceito, premissas e aplicação. Visualização e análise exploratória de dados.

12. CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso de Especialização em Auditoria do Setor Público será constituído, principalmente, por servidores pertencentes ao quadro do TCU que possuem titulação, experiência pedagógica e conhecimento profissional na área do curso. Também poderão compor o corpo docente professores convidados de outras instituições que, por sua qualificação, tenham a possibilidade de complementar a formação oferecida pelos docentes internos, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pelo MEC e à legislação vigente.

13. METODOLOGIA

As atividades pedagógicas serão desenvolvidas segundo uma abordagem que privilegia a associação entre teoria e prática, por meio de aulas expositivas, discussões e trabalhos em grupo, estudos de casos, leitura crítica de textos, debates em sala de aula, seminários e palestras com profissionais e professores convidados, além de outras julgadas pertinentes pelos professores e alunos.

Ressalte-se que, na realização dessas atividades didáticas, o objetivo maior é estabelecer não apenas o trânsito entre trabalho e educação, como é comum e desejado em um processo de formação em serviço, mas também uma rede de interconexões entre os saberes e as práticas que fundamentam o campo de estudo.

14. INTERDISCIPLINARIDADE

O foco do curso nas questões referentes à auditoria do Setor Público favorece a interdisciplinaridade, uma vez que requer conhecimentos de várias áreas. Espera-se que os alunos percebam essa relação e saibam localizá-la nas diferentes disciplinas do curso.

Mais especificamente, o diálogo necessário entre as diversas áreas do saber será incentivado na elaboração do TCC, que, mesmo quando situado em um aspecto específico a ser abordado, não poderá deixar de fazer referência ao conjunto das disciplinas do curso.

15. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC)

Após o término das disciplinas presenciais, o discente deverá elaborar e apresentar um trabalho de conclusão de curso. O TCC deverá ser elaborado individualmente. Para a elaboração do TCC será designado um professor orientador. O TCC seguirá as normas de padronização editadas pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT).

16. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As disciplinas do módulo específico do curso poderão ser ministradas por meio de atividades especiais, como eventos coordenados e estudos. Independentemente da programação dessas disciplinas, outras atividades complementares poderão ser desenvolvidas, como a participação em eventos e visitas, devendo ocorrer de acordo com a disponibilidade dos alunos e o interesse das instituições participantes.

17. TECNOLOGIA

Além das comunicações e do atendimento alternativo, que serão feitos via e-mail, os alunos serão inscritos em uma comunidade virtual de aprendizagem, que receberá o nome do curso, para facilitar a interação tanto entre alunos e professores quanto entre os próprios alunos. Essa comunidade será parte da plataforma de ensino a distância do ISC.

A estrutura do ISC também comporta um sistema para registro e acompanhamento dos cursos (ISCnet). Neste sistema serão lançadas as informações do curso e das disciplinas, as matrículas, as notas de cada disciplina, a frequência dos discentes, a avaliação do TCC.

Também permitirá a emissão do certificado de curso, com os elementos necessários para sua validade, segundo a Resolução CNE/CES nº 1, de 8/6/2007.

18. LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO

O curso será realizado nas instalações do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), que está localizado no Setor de Clubes Esportivos Sul (SCES), Trecho 3, Polo 8, Lote 3 CEP 70200-003 – Brasília-DF.

19. SELEÇÃO E MATRÍCULA

A seleção dos alunos será feita por processo seletivo. Os critérios de classificação de candidatos com o perfil mais adequado para o curso, bem como o procedimento para a matrícula, serão fixados em edital.

20. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO e FREQUÊNCIA MÍNIMA

20.1. FREQUÊNCIA MÍNIMA

A frequência mínima exigida para a aprovação é de 50% de presença por disciplina e de 75% do total de disciplinas.

20.2. SISTEMA DE AVALIAÇÃO POR DISCIPLINA

O rendimento escolar será aferido por disciplina, abrangendo sempre os aspectos de assiduidade e aprendizagem que será apurada por pontos cumulativos, em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez). Será considerado aprovado o aluno que alcançar rendimento acadêmico mínimo igual ou superior a 6 (seis).

20.3. AVALIAÇÃO DO TCC

A avaliação do trabalho de conclusão do curso será realizada por banca, designada pelo Núcleo de Pós-Graduação (NPG) e aprovada pelo Conselho Acadêmico (CA) do ISC, constituída por, pelo menos, duas professores, sendo um deles o orientador. Será considerado aprovado o aluno que alcançar, no TCC, nota mínima igual ou superior a 7 (sete) em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez).

21. CERTIFICAÇÃO

Ao discente que obedecer às exigências do item anterior (frequência mínima de 50% por disciplina e 75% no conjunto de disciplinas, nota mínima de 6 por disciplina e de 7 no TCC) será conferido o grau de Especialista.

22. ACERVO

A bibliografia básica do curso será informada ao discente na primeira semana de aula. O acervo poderá estar disponível na Biblioteca Ministro Ruben Rosa.

